

Fernanda Carvalho Lana Grossi Universidade do Estado de Minas Gerais
clg.fernanda@gmail.com**Marcelina das Graças de Almeida** Universidade do Estado de Minas Gerais
marcelina.almeida@uemg.br**Ana Paula Medeiros** Universidade do Estado de Minas Gerais
anapaulamtsantos@gmail.com

MEMÓRIA, IDENTIDADE COLETIVA E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA COMPREENSÃO INTEGRADA

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre os processos de construção da memória coletiva, com ênfase em suas articulações com a identidade e o patrimônio documental. A partir de referenciais interdisciplinares, discute-se a memória como fenômeno dinâmico, culturalmente situado e atravessado por disputas simbólicas. Analisa-se como os sujeitos e as comunidades constroem sentidos de pertencimento por meio de práticas mnêmicas ancoradas em suportes diversos, orais, escritos, imagéticos e monumentais, e como esses processos operam tanto na preservação, quanto no silenciamento de experiências históricas. O estudo ressalta a importância da memória como ferramenta de resistência e de elaboração de futuros possíveis, enfatizando seu papel estratégico na reconfiguração das identidades coletivas e na valorização de legados marginalizados pela história oficial.

Palavras-chave: memória coletiva; identidade; patrimônio documental; disputa simbólica; lugares de memória.

MEMORY, COLLECTIVE IDENTITY, AND DOCUMENTARY HERITAGE: THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO AN INTEGRATED UNDERSTANDING

Abstract

This paper presents a theoretical-conceptual reflection on the processes of collective memory formation, with emphasis on its intersections to social identity and documentary heritage. Drawing on interdisciplinary frameworks, memory is examined as a dynamic, culturally embedded phenomenon shaped by symbolic disputes. The study analyzes how subjects and communities construct a sense of belonging through mnemonic practices anchored in various media—oral, written, visual, and monumental—and how such processes simultaneously act on the preservation and also silencing of historical experiences. It highlights memory as a tool for resistance and for envisioning possible futures, underscoring its strategic role in the reconfiguration of collective identities and in the recognition of legacies marginalized by official history.

Keywords: collective memory; identity; documentary heritage; symbolic dispute; sites of memory.

INTRODUÇÃO

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (Le Goff, 1990, p. 477). Ao afirmar tal relação dinâmica entre memória e história, o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) nos convida a compreender a memória não como simples registro do que foi, mas como uma construção contínua, politicamente situada e orientada por disputas de sentido. Em sociedades marcadas por assimetrias históricas e apagamentos seletivos, a memória se revela uma ferramenta de resistência, identidade e reconfiguração dos laços comunitários.

Este artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre os processos de construção da memória coletiva e suas relações com identidade e patrimônio documental, entendendo a memória como “um fenômeno contínuo e que se forma pelo conjunto das vivências, experiências e memórias individuais de um mesmo grupo combinadas” (Halbwachs, 1990, p. 85). Parte-se do pressuposto de que as narrativas do passado não são neutras, mas atravessadas por forças sociais, como aponta Pierre Nora (1993, p. 7), ao afirmar que “a memória é vida, sempre carregada pelo grupo vivo do qual faz parte”.

Assim, busca-se compreender como comunidades constroem sentidos de pertencimento e legitimidade a partir de seus suportes mnemônicos, sejam eles orais, documentais ou monumentais. Tal como destaca Gondar (2008, p. 2), a escrita aplicada a monumentos e instâncias públicas servem à sociedade “como suporte de inscrições epigráficas” gerando o que é considerado pela autora como um modo de “sobrecarga de memória”. Essa sobrecarga, no entanto, nem sempre contempla todas as vozes: o que se preserva, o que se esquece e o que se (re)interpreta são escolhas políticas, frequentemente excludentes.

A partir dessas premissas, o objetivo é investigar os modos pelos quais a memória coletiva é articulada como experiência viva e compartilhada, contribuindo para a formação de identidades coletivas e a valorização de patrimônios documentais marginalizados. A abordagem está ancorada em uma perspectiva crítica, que reconhece a memória como um campo de tensão, em constante reconstrução, e como ferramenta essencial para o enfrentamento das lacunas deixadas pela história considerada oficial.

MEMÓRIA EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES: FUNDAMENTOS PSÍQUICOS, FILOSÓFICOS E SOCIAIS

A memória desempenha papel central na construção e preservação da identidade individual e coletiva. Ela estabelece a conexão entre sociedade e passado, permitindo a orientação de ações futuras. Independentemente da abordagem, seja ela de natureza psíquica ou sociológica, a memória constitui-se como resultado de “sistemas dinâmicos de organização” (Le Goff, 1990, p. 424). Como fenômeno culturalmente condicionado, assume diferentes configurações e significados entre sociedades, revelando-se como uma habilidade essencial à transformação da vida humana. Nesse sentido, Leroi-Gourhan (2002, p. 23) afirma que a memória é “o aspecto mais importante no facto de o cérebro humano ter evoluído”, ao compará-la às capacidades cognitivas de outras espécies animais.

Considerada também um componente biológico humano, a memória, no campo da psicologia e da psiquiatria, é definida como “a capacidade de codificar, armazenar e evocar as experiências, impressões e fatos que ocorrem em nossas vidas” (Dalgalarondo, 2019, p. 246). A associação entre memória e biologia permite compreendê-la como parte dos mecanismos que processam emoções e constroem significados. A partir da análise dessas emoções, tornam-se possíveis estratégias para a preservação da memória, inclusive em contextos institucionais, como a comunidade acadêmica investigada pelas autoras.

Essa memória psicológica não é uniforme em sua formação, nem passiva em sua atividade. Como enfatiza Dalgalarondo (2019), a memória resulta de múltiplas instâncias cerebrais e neurais, reconfiguráveis segundo estímulos e experiências. Isso implica que um mesmo estímulo pode originar diferentes combinações mnêmicas, sejam elas construídas a partir da realidade ou da imaginação. Trata-se, portanto, de um processo ativo, que opera por meio da interação com sensações, afetos, emoções e sistemas simbólicos enraizados culturalmente.

Nesse sentido, a memória se constitui a partir do momento em que um objeto, ambiente, situação ou vivência é experienciado e interpretado por meio de algum sistema de codificação, como o imagético, simbólico, verbal, entre outros (Baddeley, 2011; Dalgalarondo, 2019). No entanto, esse processo apenas se consolida quando há dedicação atencional. Após essa etapa de codificação, as

informações são armazenadas com base em classificações e agrupamentos, sendo posteriormente evocadas. Dalgarrondo diferencia os conceitos de evocação, lembrança, reconhecimento e esquecimento:

Lembrança é a capacidade de acessar elementos no banco da memória de longo prazo. Reconhecimento é a capacidade de identificar uma informação apresentada ao sujeito com informações já disponíveis na memória de longo prazo. Esquecimento, por sua vez, é a denominação que se dá à impossibilidade de evocar e recordar (Dalgarrondo, 2019, p. 249).

Dessa forma, evidencia-se que a memória depende de formas de linguagem. A maneira como os seres humanos se comunicam com o mundo, seja por meio da fala, da escrita ou de outros sistemas de significação, determina os modos como a memória é formada, preservada e transmitida. Le Goff (1990), em seu livro intitulado “História e Memória”, propõe que se pode distinguir os tipos de memória segundo as linguagens que utilizam: oralidade e escrita.

Contudo, não há consenso na literatura quanto às classificações. Le Goff (1990) propõe uma distinção entre memória coletiva, associada à oralidade, e memória social, relacionada à escrita. Para ele, sociedades ágrafas produzem memórias coletivas, enquanto sociedades que dominam códigos gráficos e alfabéticos constroem artefatos e registros documentais em nível social. No entanto, outros autores propõem abordagens mais flexíveis, que não reduzem a memória aos instrumentos de sua transmissão.

Antes da consolidação da visão como sentido humano primordial, a escuta e a oralidade ocupavam lugar central na constituição da experiência. Ong (2019) aponta que muitas culturas se desenvolveram com base na interpretação de estímulos sonoros. Nesses contextos, a audição e a fala eram os principais veículos de preservação da memória. As sociedades orais, portanto, representam um campo fértil para o estudo da memória coletiva, na medida em que a transmissão intergeracional de conhecimentos, valores e tradições era sustentada exclusivamente pela palavra falada (Bergamaschi, 2002; Le Goff, 1990).

A figura mítica de Mnemosyne, deusa grega da memória, associa a memória ao caráter narrativo da oralidade em sociedades clássicas. Como observa Bergamaschi (2002, p. 133), há “uma forte ligação entre memória e imaginação, memória e poesia”. A transmissão da memória por meio de mitos, lendas e cantos, especialmente aqueles conhecidos como mitos de origem, revela sua dimensão dinâmica, sujeita a interpretações e ressignificações. Como observa

Le Goff (1990, p. 429), o narrador pode repeti-la “palavra por palavra” ou reinterpretá-la conforme sua própria visão, introduzindo variações.

A esse processo associa-se a figura dos anciãos ou “mulheres e homens-memória (Le Goff, 1990, p. 371), responsáveis por salvaguardar e repassar o saber acumulado de sua coletividade. Esses indivíduos ocupavam papel central na manutenção da tradição, funcionando como mediadores entre o passado e o presente (Le Goff, 1990). A oralidade era, nesses contextos, o único meio possível de projeção do passado ao futuro, visto que não existiam formas documentais de registro.

Com o advento da escrita, inaugura-se uma nova lógica: a cultura oral gradativamente cede espaço à cultura escrita, e posteriormente à visual e imagética. Segundo Bergamaschi:

Nas sociedades letradas a memória assume o papel de inscrição – es(ins)crita. Passando da esfera auditiva à visual, a escrita armazena a informação que, através do registro, atravessa o tempo e o espaço. (Bergamaschi, 2002, p. 134)

A escrita torna-se, assim, um marco da transição entre o plano coletivo e o social, associando-se a mecanismos de poder e dominação. A memória, agora fixada em suportes materiais, passa a ser controlada por elites políticas, religiosas e econômicas. Le Goff (1990) observa que os monumentos e documentos, nesse contexto, adquirem importância simbólica e ideológica.

Os monumentos, em especial, são construções simbólicas de larga escala, dotadas de valor memorial, que inscrevem no espaço urbano as narrativas dos grupos dominantes. Segundo Flores (1998, p. 12):

Significa aquilo que se destina a transmitir, aprioristicamente, factos (sic), ritos ou crenças que se pretendem ligar às gerações futuras por forma a contrariar a acção (sic) dissolvente do tempo, perpetuando a identidade e os caracteres distintos de uma cultura.

Jô Gondar (2008), ao refletir sobre a memória e seus suportes, ressalta a dimensão performativa e ideológica das inscrições materiais:

A escrita permite que a pedra e o mármore dos templos, das rimas e dos monumentos comemorativos funcionem como suporte de inscrições epigráficas, produzindo-se deste modo uma sobrecarga de memória. A ostentação dos monumentos soma-se à publicidade das inscrições, apostando-se num poder maior de perpetuação da lembrança (Gondar, 2008, p. 2).

Além dos monumentos, surgem os documentos, produzidos sobre superfícies específicas, como osso, pergaminho ou papel, e destinados ao registro e à

organização da informação (Gondar, 2008). Diferentemente dos monumentos, os documentos eram voltados à exatidão e à objetividade, sendo utilizados como instrumentos de registro administrativo, jurídico e histórico. Contudo, como observa Le Goff (1990), também os documentos são passíveis de manipulação. Sua construção responde a interesses sociais e políticos, sendo necessário interpretá-los criticamente.

Machado (2020) destaca que a reescrita da memória por meio da documentação oficial é estratégia recorrente de afirmação de ideologias dominantes. Por isso, Le Goff (1990) sustenta que os documentos não são neutros, devendo ser problematizados em suas condições de produção, circulação e recepção.

Diante disso, torna-se necessário explorar diferentes compreensões da memória. O filósofo e matemático grego Platão, na obra “Fedro”, associa a memória à alma e à busca da verdade, concebendo-a como reminiscência das ideias eternas (Platão, 2000). Aristóteles, filósofo e polímata da Grécia Antiga, por sua vez, compreende a memória como faculdade de conservação do passado sensível, vinculando-a à experiência e à imaginação (Castro, 2017). Ambas as abordagens inscrevem a memória na esfera da alma, mas com enfoques distintos.

Maurice Halbwachs (1990), ao introduzir o conceito de memória coletiva, destaca que a memória é construída socialmente, ou seja, não é formada de maneira isolada por indivíduos, mas sim por meio da relação entre experiências pessoais e os contextos sociais e coletivos nos quais essas experiências ocorrem. A partir dessa perspectiva, Jacques Le Goff (1990) amplia a compreensão do tema ao considerar que a memória tem um papel fundamental na constituição da história. Para ele, a memória busca preservar o passado com o objetivo de dar sentido ao presente e contribuir para a construção do futuro, sendo, portanto, um elo contínuo entre diferentes temporalidades.

Joel Candau (2016), por sua vez, enfatiza a relação recíproca entre memória e identidade, destacando que ambas se constroem mutuamente e são atravessadas por valores, afetos e disputas simbólicas.

Pierre Nora (1993) propõe a noção de lugares de memória, entendendo-os como espaços onde a memória coletiva se ancora. Para ele, a memória é construída social e simbolicamente, sendo os lugares de memória marcos que condensam narrativas e identidades culturais.

Por fim, Gondar e Dodebei (2011) defendem uma concepção contemporânea de memória que reconhece sua mutabilidade, complexidade e inserção em relações de poder, ressaltando que a memória social é política; o ato de manipulá-la e registrá-la também é.

A partir desse percurso, pode-se afirmar que a memória passou de uma concepção metafísica e universalista, centrada na alma e no sujeito, para uma abordagem cultural, crítica e situada. Essa virada epistemológica permite compreender a memória como processo multidimensional, produtor de sentidos e disputas, e fundamental para a construção de identidades no mundo contemporâneo.

MEMÓRIAS EM OU COMO EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

A memória coletiva constitui um elemento estruturante da identidade humana, transcendendo a mera reunião de indivíduos e compondo uma complexa tapeçaria de cultura, representações e experiências partilhadas. Por meio dela, o passado se atualiza no presente, fornecendo substrato à compreensão da história social. Ainda que história e memória operem com lógicas distintas, sendo a primeira marcada pela racionalidade metódica e a segunda pelo engajamento afetivo, ambas se constroem a partir de fragmentos da vida individual articulados por mediações sociais que os integram à experiência de um coletivo (Halbwachs, 1990).

A ligação entre os sujeitos não se dá de forma direta, mas é mediada pela cultura. Manter uma memória coletiva ativa, em suas múltiplas dimensões e interações, configura-se como uma tarefa cotidiana desempenhada por todos os membros da comunidade. Nesse sentido, a cultura desempenha papel essencial, atuando como resposta ao que Hannah Arendt (1972) discorre sobre: uma solidão do ser humano, ou seja, o anseio por pertencimento. Halbwachs (1990), ao narrar o exemplo de um passeio de um homem comum por Londres, evidencia como a solidão é ilusória: os contextos vividos são sempre atravessados por produções anteriores e pela memória de outros, acessadas por meio dos objetos culturais que integram o cotidiano. Esses elementos, longe de serem neutros, funcionam como marcadores de um entretenimento cultural, conectando o sujeito às experiências coletivas que o antecedem e o acompanham (Arendt, 1972).

Esse entrelaçamento se evidencia na forma como o outro contribui para a reconstituição das lembranças:

Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte [...] (Halbwachs, 1990, p. 27).

Dessa forma, a memória individual, ao se articular com os marcos coletivos, transforma-se em componente de um tecido social coeso. É justamente nesse ponto que os processos educativos, entendidos à luz de Durkheim (2007) como mecanismos formadores dos fatos sociais, operam como instrumentos de organização, coerção e disseminação de experiências e memórias comuns. A identidade construída nesse contexto não se restringe ao indivíduo, mas emerge da sua inserção em uma rede de sentidos compartilhados.

A identidade, nesse contexto, pode ser compreendida como o conjunto de características que distinguem um grupo ou um sujeito, permitindo a elaboração de narrativas sobre si a partir de atributos socialmente reconhecidos (Candau, 2016; Lemos Júnior, 2016). Em nível individual, ela representa a capacidade de autoconhecimento e de reconhecimento do pertencimento, resultante do contato com a cultura e da interiorização de seus signos (Erikson, 1987). Tal processo de aprendizagem cultural, como observa Halbwachs (1990), inicia-se ainda na infância, quando a criança vivencia o universo familiar sem necessariamente compreender seus códigos. Com o tempo, esses signos são absorvidos, reinterpretados e incorporados como marcas identitárias.

Por essa razão, é mais apropriado referir-se a identidades, no plural. Como observa Dalgarrondo (2019), tanto os sujeitos quanto as culturas e os processos históricos apresentam-se como realidades múltiplas e dinâmicas. Valores, ideais e modos de ser, tanto dos grupos de pertencimento quanto daqueles que lhes são externos ou contrastivos, estão em constante transformação. Segundo o autor, “a identidade é algo dinâmico, que está sempre mudando e se transformando” (Dalgarrondo, 2019, p. 482).

Assim, ao discutir a identidade de um grupo, necessariamente se aborda também suas memórias compartilhadas, articuladas conforme as divisões sociais, étnicas e culturais. A memória individual, embora ponto de partida para a compreensão da memória coletiva, é transformada a partir do contato com o outro e dos marcos coletivos que orientam a sua reconstrução (Dutra; Fonseca, 2019; Halbwachs, 1990; Nora, 1993).

Estudar a memória, portanto, vai além de uma perspectiva nostálgica. Trata-se de reconhecer seu papel enquanto ferramenta de fortalecimento cultural, portadora de significados e dispositivos de poder (Nietzsche, 1998). Os suportes de memória legitimam normas, comportamentos e padrões sociais, atuando desde os primeiros estágios da formação do indivíduo até sua inserção cidadã. Como afirma Nora (1993), é por meio deles que se torna possível conhecer o passado e preparar uma coletividade para o futuro.

Entretanto, a ativação desse processo depende de uma disposição ativa, ou seja, de uma “vontade de memória” (Abreu, 2016, p. 51). Tal vontade pode emergir mesmo em sujeitos que não vivenciaram diretamente os acontecimentos a serem rememorados, mas que, ao fazerem parte de uma comunidade, mobilizam as memórias dos outros como forma de acessar sentidos compartilhados.

Criar uma memória não significa apenas registrar o passado, mas compor um repertório cultural e histórico que oriente ações futuras. Como defendem Costa e Silva (2009), trata-se de um recurso informacional valioso, que articula experiências, conquistas e valores com potencial de transformação. Esse repertório, no entanto, pode ser ressignificado ao longo do tempo, já que, conforme destaca Dodebei (2016), tanto a cultura quanto a tradição são inventadas a partir de um diálogo entre os valores atribuídos ao passado e os do presente.

Nesse contexto, pensar a memória em experiências coletivas significa compreendê-la como prática vivida, articulada às estruturas e aos sentidos partilhados no cotidiano. Já pensar a memória como experiência coletiva supõe sua institucionalização como objeto de preservação, em que elementos outrora fragmentados passam a compor um legado assumido por toda a comunidade.

Esse segundo entendimento é aprofundado por Rodrigo Matos de Souza (2022), que analisa o esvaziamento contemporâneo dos espaços de memória. Segundo o autor, na atualidade, vivencia-se um contexto em que os lugares destinados à preservação da memória transformam-se em meros “espaços de passagem” (Souza, 2022 p.497), carentes de profundidade formativa e incapazes de sustentar vínculos duradouros. Essa transformação está diretamente relacionada à fragmentação das identidades e à fluidez das informações, características centrais da sociedade de consumo e do espetáculo. Nessa lógica, os espaços perdem sua capacidade de gerar

pertencimento ou identificação, deixando de constituir referências simbólicas como grupos, comunidades, bairros ou cidades, e passam a funcionar apenas como pontos transitórios na experiência cotidiana.

O declínio da experiência vivida e partilhada se associa, portanto, à ascensão de narrativas individualistas e à fragmentação da memória coletiva. Esse movimento, como observa Dodebei (2016), reflete a transição da memória ampla e simbólica das sociedades tradicionais para uma lógica pós-moderna marcada pela efemeridade e pela aceleração temporal. Nesse contexto, Gagnebin (2014) argumenta que, à medida que o tempo passa a ser compreendido como uma grandeza econômica, algo que deve ser ganho ou poupado, a memória também se transforma, tornando-se mais volátil e fugaz.

Neste cenário, a memória coletiva deixa de operar como espaço de elaboração e passa a ser consumida em fragmentos descontextualizados. A presença física nos museus e nos monumentos não implica necessariamente engajamento com as narrativas ali apresentadas. Ao contrário, como alerta Souza (2022), prevalece uma “cultura da exposição de si mesmo” (2022, p. 497), onde a imagem pública nas redes sociais supera o envolvimento com o conteúdo histórico-memorial.

Diante disso, torna-se fundamental reafirmar o papel da memória como experiência coletiva viva e crítica, capaz de fornecer não apenas pertencimento, mas também resistência simbólica às lógicas de esquecimento e mercantilização do passado. Reforçar a memória como bem comum é condição para a construção de comunidades mais conscientes de sua trajetória e mais aptas a projetar futuros plurais.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E A CONSTRUÇÃO DE FUTUROS POSSÍVEIS

A memória, em sua natureza instável e pluridimensional, é elemento constitutivo das identidades coletivas e, sobretudo, das projeções de futuro que os grupos sociais elaboram a partir do passado. Ao ser compreendida como um campo em disputa, tal como o concebem Le Goff (1990), Halbwachs (1990) e Nora (1993), a memória deixa de ser uma simples recordação do que passou, assumindo o papel de ferramenta ativa na elaboração de horizontes culturais, simbólicos e políticos. Compreender a memória como elemento dinâmico e estruturante da experiência humana implica reconhecer sua dimensão

performativa, sua plasticidade histórica e sua íntima articulação com os modos de poder que organizam os territórios da lembrança e do esquecimento.

Conforme salientam Gondar e Dodebei (2011), a memória é sujeita a reconfigurações constantes. Não se trata de um repositório neutro de lembranças, mas de uma construção seletiva, frequentemente tensionada por interesses hegemônicos. A memória, nesses termos, é um terreno simbólico disputado, onde diferentes grupos sociais buscam legitimar suas narrativas, valores e interpretações sobre o passado. O que se preserva, o que se esquece e o que se ressignifica revela o embate entre vozes dominantes e silenciadas, entre versões oficiais e memórias subterrâneas. Nesse sentido, a preservação da memória assume valor estratégico, pois é por meio dela que se estabelecem os marcos de pertencimento, se legitimam identidades coletivas e se orientam escolhas que atravessam o presente em direção ao porvir. Como afirmam os autores, “a memória social é política; o ato de manipulá-la e registrá-la também é” (Gondar, 2008, p. 2).

A memória, portanto, é também gesto de resistência e de invenção. Ao rememorar o passado, mesmo que fragmentado ou silenciado, comunidades constroem possibilidades de futuro. Sob o ponto de vista de Halbwachs (1990), há uma dinâmica contínua de substituição e acúmulo de lembranças, de modo que o passado não é apenas revivido, mas rearticulado conforme as exigências simbólicas do tempo presente. Essa relação não é passiva, mas dialógica, e implica um movimento constante de recriação, atualização e interpretação. Nesse processo, as narrativas de memória não apenas refletem experiências vividas, mas as reconfiguram, estabelecendo nexos entre o vivido e o projetado.

Pierre Nora (1993) reforça esse entendimento ao afirmar que “a memória é vida, sempre carregada pelo grupo vivo do qual faz parte”, sendo, portanto, um processo ativo, uma construção situada e historicamente determinada. Para o autor, os chamados “lugares de memória” surgem justamente da perda da memória espontânea, da necessidade de conservar aquilo que o tempo e a mudança cultural tendem a dissolver. Nora argumenta que “a memória só se constitui porque há ameaça de sua dissolução”, o que mostra sua condição paradoxal: quanto mais se arquiva, mais se reconhece sua fragilidade.

No campo documental, Artières (1998) destaca o papel da escrita de si como um exercício de resistência e construção subjetiva. Segundo o autor, “arquivar

a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p. 11). Essa concepção amplia o sentido do documento como mera prova: ele passa a ser um ato de existência, um gesto de afirmação simbólica e política. A memória registrada em imagens, textos e arquivos não é apenas lembrança conservada, mas proposta, mobilização e posicionamento diante do presente e do futuro. Paes (2004) contribui com essa perspectiva ao observar que os arquivos documentam não apenas fatos e decisões, mas também as estratégias sociais de visibilidade, ocultação e legitimação de determinadas memórias. Ao afirmar que “os arquivos continham [...] o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares” (Paes, 2004, p. 15), a autora reforça a ideia de que a memória é atravessada pelas estruturas institucionais que determinam o que será preservado e o que será excluído.

Essa função projetiva da memória se manifesta nos diversos suportes técnicos e culturais por meio dos quais os grupos inscrevem seus modos de ver, sentir e narrar o mundo. Do pictograma ao arquivo digital, passando pelas inscrições em pedra, pelos monumentos e pelas narrativas orais, a transmissão da memória se transforma e se atualiza. Jacques Le Goff (1990) já observava como o advento da escrita e sua institucionalização alteraram radicalmente os regimes de lembrança, deslocando o homem-memória para o documento-memória. Esse deslocamento representou não apenas uma mudança de suporte, mas de regime de verdade, de controle e de autoridade sobre o que se deve lembrar e sobre como se deve lembrar. A escrita organizou o tempo, instituiu uma nova gramática da história e gerou os dispositivos que passaram a mediar a experiência do passado.

Contudo, como observa Nora (1993), os lugares de memória, sejam eles físicos ou simbólicos, não são isentos de disputas. Monumentos, museus, arquivos e até nomes de ruas constituem estratégias de fixação do passado que, ao mesmo tempo que conservam, também excluem. Inseridos na paisagem urbana ou nos marcos institucionais da cultura, esses dispositivos frequentemente reforçam narrativas dominantes, silenciando experiências alternativas ou dissidentes. “São os marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p. 13), afirma o autor, destacando como a

monumentalização do passado pode mascarar a sua complexidade e a sua dimensão conflitiva.

O reconhecimento da memória como campo de tensões exige, portanto, uma postura crítica diante das formas de sua preservação. O simples arquivamento não basta: é preciso interpretar os rastros do passado com atenção às relações de poder que os conformam. Os arquivos, longe de serem depósitos neutros, são espaços onde se exerce o controle da memória. Paes (2004), ao discutir o papel desses dispositivos, enfatiza que eles guardam não apenas documentos, mas também os vestígios dos processos históricos que legitimam ou excluem saberes, trajetórias e sujeitos. Por essa razão, a crítica arquivística torna-se um elemento central da crítica da memória.

A fotografia, por exemplo, revolucionou o campo da memória ao permitir a reprodução quase imediata da realidade. Como observam Cruz e Salazar (2016), trata-se de um dispositivo técnico com forte potencial de produção de memórias futuras. A imagem, nesse caso, não é um simples reflexo do que foi, mas um gesto de permanência, uma tentativa de inscrever o presente no futuro. “Um importante objetivo do ato fotográfico é a criação de memórias futuras” (Cruz; Salazar, 2016, p. 26), dizem os autores, revelando que a memória não é apenas retorno ao passado, mas também desejo de presença. Landsberg (2004) acrescenta que as imagens fotográficas possuem uma potência estética e afetiva que as torna capazes de mobilizar experiências compartilhadas, permitindo ao sujeito não apenas observar, mas também participar da cena representada.

Essa lógica se estende aos arquivos do cotidiano, pessoais e coletivos. O registro civil, a certidão de nascimento, os documentos escolares ou trabalhistas são mais do que comprovações burocráticas. Eles são traços que confirmam a existência de sujeitos e coletividades no tecido simbólico da sociedade. São documentos de si, conforme Artières (1998), mas também da estrutura normativa que regula a presença pública dos corpos e das memórias. Em um mundo cada vez mais mediatizado por dispositivos digitais, o documento adquire novas formas e novas funções, tornando-se ao mesmo tempo índice da identidade e instrumento de vigilância.

Compreender a memória como instrumento de elaboração do futuro exige, portanto, repensar as práticas de sua institucionalização. O lugar de memória não pode ser concebido apenas como espaço de conservação, mas como

espaço de escuta, debate e problematização. Nora (1993) propõe que arquivos, museus, memoriais e bibliotecas funcionem como mediadores entre o vivido e o projetado, entre o lembrado e o esquecido. São espaços em que a memória se expõe, mas também se questiona. A monumentalidade, nesse sentido, não deve significar fixidez ou sacralização, mas abertura à revisão crítica dos significados atribuídos ao passado. Como aponta Salgueiro (2008, p. 20), “todo monumento potencialmente encerra tanto celebração quanto conflito”, pois remete não apenas à história que representa, mas também às disputas contemporâneas que o tornam possível.

Diante das ameaças contemporâneas à experiência da memória, seja pela fragmentação, pela espetacularização midiática ou pelo apagamento sistemático de vozes dissonantes, torna-se urgente reafirmar o papel da memória como matriz simbólica da ação coletiva. Preservar a memória é mais do que garantir acesso ao passado. É sustentar os vínculos que permitem pensar e construir o futuro. Como lembra Le Goff (1990, p. 477), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Essa afirmação convida à tarefa ética de proteger a pluralidade das memórias contra os discursos de exclusão e silenciamento, afirmando sua potência criadora no enfrentamento dos desafios do presente e na construção de futuros plurais e democráticos.

AS VIVÊNCIAS E A PERMANÊNCIA DE UMA RECORDAÇÃO ARQUIVADA

Ao longo da história, o ser humano reconheceu com agudeza a importância de guardar, arquivar e preservar as memórias materializadas da cultura em objetos, registros e lugares (Paes, 2004). Tal movimento advém do fato de que as vivências individuais estão inevitavelmente inseridas em um contexto coletivo e cultural. A sociedade adquire significado ao expressar-se por meio de sua cultura, consolidando práticas de identificação que atravessam gerações (Dodebei, 2011; Gagnebin, 2014). Nessa dinâmica, a preservação da memória revela-se imprescindível para assegurar a continuidade da herança cultural no tempo.

A rememoração, especialmente quando vinculada à presença física de documentos, transcende o simples resgate informativo. O encontro com imagens, sons ou nomes registrados provoca a mobilização de sentidos e afetos que conferem densidade simbólica à experiência individual e social. Tal

evocação sensível ultrapassa a racionalidade objetiva do dado e produz uma memória espessa, entrelaçada à subjetividade e à construção histórica dos sujeitos.

Porém, ao mesmo tempo que a evolução caligráfica documental significou um avanço nas formas de registro, ela apresentou seu enfoque conturbado para a sobrecarga de memória e a sua fragilidade, provocando tensões mais intensas entre lembrar e esquecer (Paes, 2004; Reis, 2006). Atualmente, essa vulnerabilidade se apresenta de maneiras diversas, não apenas mais nos perigos resultantes das interpretações narrativas distintas, mas também na limitação de acesso causada pelo poder e no risco iminente de perda devido ao tempo e ao desgaste.

Desde Platão, essa problemática já era vislumbrada. Em uma das passagens mais amplamente discutidas no meio acadêmico sobre a relação entre o avanço tecnológico e o esquecimento, a questão da memória surge como indissociável da questão do conhecimento. Em sua filosofia, Platão sustenta que a alma humana, antes de encarnar, detinha todo o conhecimento necessário para a contemplação do mundo. No entanto, ao unir-se ao corpo, esse saber era esquecido. A memória, nesse contexto, era concebida como o meio pelo qual a alma reencontrava o conhecimento previamente adquirido (Platão, 2000; Quadros; Fonseca-Silva, 2016).

Outro aspecto fundamental para a análise diz respeito à organização política da sociedade grega na época, especialmente no que se refere ao acesso ao conhecimento arquivado. A Grécia antiga era composta por cidades-estados, cada uma com sua própria forma de governo, que podia variar entre monarquias e modelos considerados como as formas mais puras de democracia, baseadas na participação direta dos cidadãos em assembleias. No entanto, é crucial destacar que, mesmo nas democracias, como a de Atenas, apenas uma parcela restrita da população exercia plenamente os direitos políticos. Mulheres, estrangeiros e escravizados eram excluídos dos processos decisórios, o que revela o caráter seletivo da participação e, conseqüentemente, do acesso ao conhecimento e à memória coletiva (Bortolini; Nunes, 2018). Assim, o conhecimento circulava prioritariamente por via oral, sendo a retórica valorizada como meio de transmissão e conservação da memória (Vianna, 2006).

Deste modo, é importante destacar que Platão defendia essa forma de compartilhamento do conhecimento, como a mais essencial, uma vez que a pessoa que ensinava desempenhava um papel de guia, auxiliando seu aluno a recordar do conhecimento pré-existente em sua alma (Quadros; Fonseca-Silva, 2016; Vianna, 2006). Em contraposição, a documentação escrita fixaria as palavras e comprometeria a vivacidade do processo de transmissão, afetando, assim, a própria memória ativa. Essa tese foi posteriormente retomada por autores como Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1989), Márcio Seligmann-Silva (2008), Mário Gouveia Junior (2014) e Paulo Roberto Elian dos Santos (2022), que refletiram sobre os riscos da substituição da memória pela história e da experiência vivida pela inscrição escrita. Nesse sentido, é no diálogo “Fedro” que Platão (2000) utiliza a figura de Sócrates para argumentar que a escrita pode levar as pessoas a se lembrarem menos, uma vez que se perderia a característica fundamental da transmissão do conhecimento: o diálogo ativo entre duas pessoas.

Com a invenção da escrita tipográfica, instaurou-se a possibilidade de delegar a memória humana a estruturas externas, fenômeno que marca uma inflexão fundamental na relação entre o sujeito e a preservação do saber (Cruz; Salazar, 2016; Henkel, 2014; Reis, 2006). A partir dessa virada tecnológica, torna-se recorrente associar o surgimento dos arquivos às técnicas desenvolvidas com a escrita e, sobretudo, com a impressão, visto que foi apenas por meio dos avanços proporcionados por esses recursos que se tornou viável o arquivamento sistemático de informações. A emergência dos arquivos está diretamente relacionada ao desenvolvimento de suportes materiais como o papiro, o pergaminho e o papel, que passaram a conter registros indispensáveis para as esferas administrativas, jurídicas, diplomáticas e culturais (Paes, 2004). Diante da limitação da memória humana para reter a crescente complexidade de dados, fez-se necessário o emprego de mecanismos duráveis de armazenamento (Gouveia Junior, 2014, p. 83-84).

Como aponta Paes (2004), não era exequível conservar registros em suportes como mármore ou tábuas, dada sua rigidez e difícil manuseio. No entanto, à medida que a quantidade de informações superava a capacidade individual de retenção, tornava-se imprescindível a criação de meios externos de conservação. Assim, os suportes materiais de registro viabilizaram a constituição dos chamados lugares de memória. Desde a Antiguidade, civilizações lançavam mão de tais materiais para documentar leis, tratados,

correspondências e registros administrativos, evidenciando que a prática arquivística remonta a contextos históricos remotos. A concepção contemporânea de arquivo, no entanto, como campo disciplinar autônomo e institucionalizado, consolidou-se apenas em períodos posteriores, acompanhando a complexificação das sociedades e de suas formas de organização da informação.

Contudo, a função dos arquivos difere de outras instituições da memória, como bibliotecas e museus. Enquanto estas se voltam para o valor cultural e simbólico de seus acervos, os arquivos mantêm-se ligados à funcionalidade documental, embora também assumam valor histórico e patrimonial (Bellotto, 2014; Paes, 2004; Achilles; Gondar, 2016). São repositórios de experiências vividas, fontes primárias de pesquisa, pilares da construção histórica.

Nesse contexto, os arquivos assumem um papel central na pesquisa histórica, ao oferecerem acesso a fontes primárias e viabilizarem a construção de narrativas ancoradas em evidências documentais. Sua contribuição não se limita à funcionalidade administrativa ou jurídica: os arquivos também asseguram a autenticidade das memórias e fornecem um contexto denso e articulado para o estudo e a compreensão do passado. Embora tradicionalmente vinculados à dimensão prática da gestão documental, os arquivos podem igualmente adquirir valor cultural e simbólico, ainda que de forma distinta daquela observada em bibliotecas e museus. As bibliotecas, por sua vez, são instituições voltadas à preservação e disponibilização de acervos impressos, organizados segundo critérios classificatórios e destinados à consulta pública (Paes, 2004). Já os museus se dedicam à conservação, exposição e interpretação de objetos representativos do patrimônio material e imaterial da humanidade, com finalidades culturais, educativas e de fruição (ICOM, 2015; Paes, 2004; SISEM SP, 2011).

A história dos arquivos revela que eles transcendem a função de meros repositórios históricos, atuando como agentes ativos nos processos históricos. Os documentos por eles preservados desempenharam papéis cruciais na formação de Estados-nação, na distinção entre os âmbitos público e privado e no fortalecimento da centralidade da informação em uma sociedade baseada no conhecimento (Yale, 2016). Assim, os arquivos configuram-se como lugares dinâmicos de memória, em constante transformação, sujeitos a processos contínuos de adição, revisão e reinterpretação do material arquivado, refletindo a natureza fluida e inacabada da construção histórica.

Os arquivos mais antigos, conhecidos como "de palácio", surgiram nas civilizações do vale do rio Nilo, por volta do 4º milênio a.C., com a função de servir aos líderes locais. Na Roma Antiga, ganharam relevância política, associados ao Direito e essenciais para garantir a propriedade dos cidadãos (Reis, 2006, p. 3). Durante a Idade Média, os arquivos retrocederam, sendo percebidos como espaços sacros, repositórios de cimélios. Nesse período, voltaram a se vincular à esfera privada, recuperando sua dimensão pública apenas no final da Idade Média, desvinculando-se da exclusividade de servir às entidades que os criavam. A grande transformação ocorreu com a Revolução Francesa (1789-1799), marco da Modernidade no Ocidente, que, sob o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", desafiou o absolutismo monárquico e clerical, promovendo a abertura dos arquivos ao "cidadão comum" (Reis, 2006, p. 5). Influenciados pelo Iluminismo, pelo racionalismo científico e pelo antropocentrismo, os arquivos passaram a ser reconhecidos como locais de memória, valorizados pelo seu potencial documental histórico, especialmente sob a perspectiva positivista.

Já a formação dos arquivos no Brasil está intrinsecamente ligada à chegada dos portugueses no século XVI, marco inicial da colonização e da influência europeia no território. Com a instalação da administração colonial, iniciou-se a produção sistemática de documentos que registravam aspectos fundamentais da gestão, como a exploração de recursos naturais, questões jurídicas, religiosas e as relações com as populações indígenas e os colonos (Henrique; Silva; Dorneles, 2017). Esses registros, inicialmente voltados para atender às demandas administrativas da Coroa Portuguesa, careciam de uma política sistemática de organização e preservação.

Foi somente após a Independência do Brasil, em 1822, que a construção de uma identidade nacional passou a demandar maior atenção à gestão documental. Nesse contexto, a análise, reunião e conservação de documentos ganharam relevância, refletindo a necessidade de consolidar uma memória histórica que legitimasse o novo Estado soberano (Henrique; Silva; Dorneles, 2017, p. 135). Um marco significativo nesse processo foi a criação do Arquivo Público do Império, em 1838, hoje denominado Arquivo Nacional. Essa iniciativa representou o primeiro esforço sistemático de preservação documental no país, estabelecendo as bases para a institucionalização da arquivística brasileira.

A consolidação dessa trajetória foi reforçada por iniciativas posteriores, que estruturaram o campo da arquivologia no Brasil. Em 1970, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e a implementação dos primeiros cursos de graduação em arquivologia marcaram avanços significativos na profissionalização da área. A promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Mello, instituiu a Política Nacional de Arquivos, regulamentando a gestão de documentos públicos e privados de interesse nacional (Brasil, 1991). Complementarmente, a criação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) em 1992 fortaleceu a coordenação e a normatização das práticas arquivísticas no país, promovendo a integração entre instituições e a valorização do patrimônio documental (Santos, 2022).

Os arquivos, enquanto repositórios da memória coletiva, consolidam-se como fundamentos essenciais para a construção da identidade cultural e histórica de uma sociedade. No contexto brasileiro, sua relevância transcende a funcionalidade administrativa, configurando-se como instrumentos de legitimação do Estado-nação e de preservação do patrimônio documental (Henrique; Silva; Dorneles, 2017). Contudo, os desafios associados à conservação e à democratização do acesso a esses acervos exigem abordagens inovadoras e transdisciplinares. A digitalização de documentos, impulsionada pelos avanços tecnológicos, emerge como uma estratégia central, ampliando a acessibilidade e promovendo o engajamento público com a memória histórica (Paes, 2004; Santos, 2022). Assim, ao investir na salvaguarda e na disseminação do patrimônio arquivístico, o Brasil não apenas valoriza sua herança cultural, mas também fortalece as bases para uma compreensão crítica do passado, essencial para a construção de um futuro consciente e engajado.

Os arquivos consolidam-se como repositórios fundamentais da memória coletiva, desempenhando um papel central na construção da identidade cultural e histórica, especialmente no contexto brasileiro, onde sustentam as narrativas do Estado-nação. Sua relevância transcende a função administrativa, configurando-os como instrumentos de preservação do patrimônio documental e de legitimação histórica. Contudo, os desafios associados à conservação e à democratização do acesso a esses acervos exigem abordagens inovadoras. A digitalização, impulsionada por avanços tecnológicos, destaca-se como uma ferramenta essencial para ampliar a acessibilidade e promover o engajamento público com a memória histórica. Além disso, a adoção de perspectivas

transdisciplinares, que integram diferentes áreas do conhecimento, revela-se crucial para enfrentar questões de preservação e difusão. Assim, ao priorizar a salvaguarda e a disseminação do patrimônio arquivístico, valoriza-se a herança cultural e fortalece-se a base para um futuro ancorado em uma compreensão crítica do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão percorreu os múltiplos caminhos da memória coletiva, concebida como instância constitutiva das identidades sociais e dos patrimônios documentais. Longe de uma visão essencialista ou nostálgica, o artigo buscou compreender a memória como um fenômeno complexo, historicamente situado e constantemente tensionado por disputas simbólicas, afetivas e políticas. A articulação entre os fundamentos filosóficos, psíquicos e socioculturais da memória permitiu destacar que o processo de lembrar está intrinsecamente vinculado a mecanismos de poder e às condições materiais e simbólicas de sua inscrição no tecido social.

Ao longo da análise, demonstrou-se que a memória, mais do que simples evocação do passado, constitui uma prática social carregada de significados. Essa prática, conforme se discutiu, não apenas organiza o tempo e as narrativas sobre o vivido, mas também seleciona, silencia e reinterpreta eventos, sujeitos e experiências. O que se lembra, o que se esquece e o que se reconfigura são atos que refletem as correlações de forças em cada contexto histórico. Assim, a memória não se apresenta como espelho neutro dos acontecimentos, mas como linguagem e ação que estruturam sentidos, orientam pertencimentos e legitimam posições identitárias.

A investigação teórico-conceitual ancorou-se em pesquisadores e pessoas autoras como Halbwachs, Le Goff, Nora, Candau, Gondar e Dodebei, cuja contribuição permitiu apreender a memória em sua dimensão pluridimensional e dinâmica. A partir dessa base, foi possível compreender a constituição da memória coletiva como resultado da interação entre experiências individuais e marcos sociais compartilhados, que se atualizam por meio de suportes materiais e imateriais, como documentos, monumentos, práticas educativas e narrativas orais. Esses suportes não são neutros, mas operam como dispositivos de visibilidade, ocultamento e performatividade.

Nesse sentido, o estudo evidenciou que a memória é tanto construção quanto campo de disputa. Ao ser institucionalizada por meio de arquivos, monumentos

ou dispositivos documentais, ela adquire uma aparente estabilidade, mas continua sujeita à reinterpretação e ao confronto. A memória monumentalizada, ao mesmo tempo em que celebra, também pode excluir; ao mesmo tempo em que preserva, também pode silenciar. Reconhecer essa ambiguidade é essencial para compreender os mecanismos que regulam os modos de lembrar e os modos de esquecer em uma sociedade.

A abordagem proposta também permitiu identificar a centralidade da memória na formação de identidades coletivas. Entendida como articulação entre o vivido e o partilhado, a identidade emerge da memória social na medida em que esta confere coesão, continuidade e sentido às experiências de um grupo. A identidade, nesse contexto, não é fixada em uma essência imutável, mas configurada em um processo contínuo de reinterpretação simbólica. Por isso, é mais adequado falar em identidades no plural, em razão da multiplicidade de pertencimentos e atravessamentos culturais que compõem os sujeitos sociais.

A análise das experiências de memória em comunidades reforça o entendimento de que o pertencimento não se dá apenas por herança, mas por participação. A evocação do passado, ainda que não diretamente vivenciado, pode ser mobilizada como forma de ancoragem simbólica, de enraizamento e de construção de um sentido de continuidade. Nesse processo, os sujeitos acessam não apenas as memórias pessoais, mas também aquelas que circulam como narrativas coletivas, permeadas por afetos, valores e representações culturais. A memória, assim compreendida, configura-se como experiência vivida e compartilhada, como espaço de negociação simbólica e como prática de resistência.

A pesquisa também se deteve sobre os processos de institucionalização da memória, destacando os desafios contemporâneos relacionados à sua preservação, circulação e significação. Em tempos marcados pela aceleração do tempo social, pela volatilidade informacional e pela espetacularização das experiências, observa-se um esvaziamento de sentidos nos espaços de memória. Como discutido, esse fenômeno compromete a capacidade desses espaços de promover pertencimento e engajamento reflexivo. Em vez disso, são frequentemente convertidos em pontos de passagem, submetidos à lógica do consumo e da obsolescência simbólica.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais urgente reafirmar o papel da memória como ferramenta crítica e política. Preservar a memória não significa

apenas conservar registros, mas possibilitar a reinterpretação contínua das experiências que nos constituem como coletividade. Trata-se de criar condições para o exercício da escuta, da problematização e da pluralização das vozes que compõem o tecido histórico. Isso implica reconhecer os limites das narrativas oficiais e abrir espaço para as memórias subterrâneas, dissidentes ou marginalizadas, que frequentemente foram excluídas dos arquivos e monumentos tradicionais.

A partir das discussões desenvolvidas, compreende-se que a valorização da memória coletiva, especialmente aquela ancorada em suportes documentais e simbólicos, é condição fundamental para o fortalecimento das democracias. Ao recuperar vozes silenciadas e trajetórias invisibilizadas, a memória amplia o repertório cultural disponível e contribui para a constituição de uma esfera pública mais justa e representativa. Além disso, permite que os grupos sociais elaborem suas feridas históricas, reelaborem seus vínculos comunitários e projetem futuros mais plurais e inclusivos.

Nessa perspectiva, a memória não é apenas herança, mas projeto. Ela guarda o passado, mas o faz em diálogo com os desafios do presente e com as possibilidades do porvir. Como gesto de rememoração e como prática de transformação, a memória opera como instrumento de emancipação simbólica, desafiando as narrativas hegemônicas e reconfigurando os marcos da experiência coletiva. A construção de futuros possíveis passa, necessariamente, pela problematização das formas como o passado é lembrado, representado e apropriado.

Conclui-se, portanto, que a memória, em sua multiplicidade de formas, deve ser reconhecida como bem comum, cuja preservação e ativação exigem responsabilidade crítica e engajamento ético. A consolidação de políticas de memória atentas à diversidade cultural, às disputas históricas e aos direitos humanos é essencial para que os legados do passado não se convertam em instrumentos de exclusão, mas em recursos para a construção de novos sentidos. A memória, enquanto prática social, é sempre um ato político, e, como tal, deve ser continuamente interrogada, revisitada e recriada pelas comunidades que a produzem e dela se nutrem.

NOTAS

Este texto faz parte da pesquisa de mestrado da autora Fernanda Carvalho Lana Grossi, realizada junto ao programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG sob orientação do Professor Doutor Marcelina das Graças de Almeida. Os agradecimentos são dirigidos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa 88887.751923/2022-00.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. ISSN 1676-2924.

ACHILLES, Daniele; GONDAR, Jô. Arquivo e memória: aproximações conceituais. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). *Patrimônio, memória e arquivo: entre vestígios e apagamentos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

ARENDT, Hannah. A crise da cultura: sua importância social e política. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

ARISTÓTELES. De memória e reminiscência. In: _____. *Pequenos tratados de história natural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

BADDELEY, Alan. O que é memória? In: BADDELEY, Alan; EYSENCK, Michael William; ANDERSON, Michael. *Memória*. Tradução: Cornélia Stolting. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.13-30.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo e sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 132-143. ISBN 978-85-423-0052-9.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Memória: Entre o Oral e o Escrito. *Revista História da Educação*, Pelotas, v.6, n. 11, p. 131-146, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30603>. Acesso em: 04 maio 2023.

BORTOLINI, Rosane Wandscheer; NUNES, César. A Paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. *Filosofia e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 21–36, 2018. DOI: 10.20396/rfe.v10i1.8651997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651997>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Lei No. 8.159, de 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 1991.

CANDÁU, Joel. *Memória e identidade*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTRO, Sueli De Oliveira. *O conceito de memória em Tomás de Aquino a partir da obra 'A memória e a reminiscência' de Aristóteles*. Orientador: Dr. Paulo Sergio Faitanin. 2017. 39 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação apresentado ao Instituto Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Curso de Filosofia, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6860>. Acesso em: 25 maio 2023.

COSTA, Alessandro Ferreira; SILVA, Ivone Gomes da. *Revendo a história: Imagem e Som. Gestão do acervo documental recolhido no centro de estudos em design da imagem da escola de design* (ED/UEMG). Relatório final do projeto financiado pela FAPEMIG. Belo Horizonte: UEMG, 2009.

CRUZ, Nina Velasco e; SALAZAR, Manuela. Fotografar prejudica a memória?. *Discursos Fotográficos*, [S. l.], v. 12, n. 21, p. 13–32, 2016. DOI: 10.5433/1984-7939.2016v12n21p13. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/23424>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 3. ed.E-pub. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 2019. 866 p. ISBN 978-85-8271-506-2.

DODEBEI, Vera. Objetos & memória. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 227-243, ago./dez. 2016.

DURKHEIM, Émile. O que é fato social?. In: DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1-14. (Coleção Tópicos).

DUTRA, Thiago Luiz Mendes; FONSECA, Letícia Pedrucci. O valor da memória combinada ao design / The value of combination between memory and design. In: *Anais do 12º Congresso Internacional de Design da Informação*, 2019, São Paulo. Anais... São Paulo: Blucher Design Proceedings, 2019. p. 234-240. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/the-value-of-combination-between-memory-and-design-8843>. Acesso em: 04 nov. 2025.

ERIKSON, Erik. O ciclo vital: epigênese da identidade. In: ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. cap. 3, p. 90-141. ISBN 8524501294.

FLORES, Joaquim de Moura. Patrimônio: Do monumento ao território. *Urbanidade e patrimônio*, Lisboa, p. 10-17, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/18718>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 08, ed. 13, 2008.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.) *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2011. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_24.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

GONDAR, Jô. Memória e patrimônio: entre vestígios e apagamentos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). *Patrimônio, memória e arquivo: entre vestígios e apagamentos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 11–24.

GOUVEIA JUNIOR, Mário. O novo museu e a sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, ed. 4, p. 81-93, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1632>. Acesso em: 18 jan. 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. ISBN 85-7115-038-9.

HENKEL, Linda. *How our photo obsession is threatening our memories*. Portal Quartz, 24 dez. 2014. Disponível em: <http://qz.com/317428/how-our-photo-obsession-is-threatening-our-memories/>. Acesso em: 12 jul. 2023

HENRIQUE, Josemar Melo; SILVA, Ramsés Nunes; DORNELES, Sânderson. Olhares sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n1.33763 Acesso em: 10 jul. 2023

ICOM (Conselho Internacional de Museus). *Definição museu*. Portugal, 2015. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>. Acesso em: 10 fev 2022.

LANDSBERG, Alison. *Prosthetic memory: the transformation of american remembrance in the age of mass culture*. New York: Columbia University Press, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE MOS JÚNIOR, Clésio Barbosa. *Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso Circuito Cultural Praça da Liberdade - Belo Horizonte (MG)*. Orientador: Professora Doutora Arlêude Bortolozzi. 2016. 222 p. Tese de doutorado (Instituto de Geociências da UNICAMP) - UNICAMP, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321651/1/LemosJunior_ClesioBarbosa_D.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra: memória e ritmos*. [S. l.]: Edições 70, 2002. 248p. ISBN 978-9724403182.

MACHADO, Ana Maria. *Memória e poder*. São Paulo: Cortez, 2020.

SOUZA, Rodrigo Matos de. A Memória como lugar de cultura. *Esferas: Revista interprogramas de pós-graduação em comunicação do Centro Oeste*, Centro Oeste, ano 12, v. 3, n. 25, p. 490-509, set./dez. 2022. DOI <https://doi.org/10.31501/esf.v1i25.14064>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14064>. Acesso em: 21 fev. 2024

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Trad. Yara Aun Khoury. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul/dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 08 ago. 2021.

ONG, Walter Jackson. *Orality & literacy: the technologizing of the world*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2019.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: Teoria e prática*. 3. ed. rev. ampl. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2004. 228 p.

PLATÃO. *Fedro: Ou da beleza*. 6. ed. Lisboa: Guimarães, 2000. 276 p. ISBN 972-665-126-3.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, Elton Moreira; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Platão, Aristóteles e a questão da memória: uma leitura ricoeuriana. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 8, n. 15, p. 63-86, Jul./Dez. 2016. DOI <https://doi.org/10.15210/rmr.v8i15.8843>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/8843>. Acesso em: 28 abr. 2023

REIS, Luís. *O arquivo e arquivística evolução histórica*. Biblios, Évora (Portugal), ano 7, n. 24, abr./jun. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4177714/mod_resource/content/1/Dialnet-OArquivoEArquivisticaEvolucaoHistorica-2152131.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023

SALGUEIRO, Valéria. *De pedra e bronze: um estudo sobre monumentos – o Monumento a Benjamin Constant*. Niterói: EdUFF, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. *Acervo*, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1888>. Acesso em: 10 jul. 2023

SILVA, Márcio Seligmann. Deletar arquivos, apagar o passado: ars oblivionalis, entre a necessidade e a resistência. *Cadernos AEL: Anistia e direitos humanos*, Campinas: UNICAMP/IFCH/ AEL, v.13, n. 24/25, p. 97-117. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/download/2552/1962/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SISEM SP (Organizador). *Museus: o que são, para que servem?* Sistema Estadual de Museus Brodowski (S.P) : ACAM Portinari ; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2011. (Coleção Museu Aberto) 131 p.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. *Revista Janus*, Lorena, v. 3, n. 4, 2006.

YALE, Elizabeth. Focus: The History of Archives and the History of Science. *The University of Chicago Press Journals*, Chicago, v. 107, ed. 1, p. 74-76, 2016. DOI <https://doi.org/10.1086/686076>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/686076>. Acesso em: 10 jul.2023.

Fernanda Carvalho Lana Grossi: Mestre em Design (UEMG, 2024), bacharel em Design de Ambientes (UEMG, 2021) e graduanda em Arquitetura e Urbanismo (PUC Minas). Desenvolve pesquisas em design emocional, patrimônio e memória, design de ambientes e percepção dos espaços urbanos, com experiência em projetos paisagísticos e de ambientes residenciais.

Marcelina das Graças de Almeida: Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG nos cursos de graduação e pós-graduação em Design. Coordenadora do Arquivo de Som e Imagem, ASI da Escola de Design da UEMG.

Ana Paula Medeiros Teixeira dos Santos: Doutorande em Design na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduada em História pela UEM e Tecnologia em Design de Produto pela Universidade Cruzeiro do Sul. Futurista, pesquisadora das relações entre design de futuros, memória e afrofuturismo.

Texto recebido em: 12/05/2026

Texto aprovado em: 21/09/2026